

Natureza e trabalho no tempo das demarcações de limites na Amazônia colonial (1750-1759)

Nature and Labor in the Context of Boundary Demarcations in the Colonial Amazon (1750-1759)

Wesley Oliveira Kettle*

Resumo: Na segunda metade do século XVIII, administradores, homens de ciência e missionários selecionados pela Coroa portuguesa desembarcaram no Vale Amazônico com o objetivo de realizar os trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites, que definiu as fronteiras entre as possessões dos reinos ibéricos na América. Durante essas expedições, os demarcadores produziram diversos relatos de viagem que descreveram o mundo natural, possibilitando a formação do conhecimento científico sobre a região. Portanto, este artigo analisa, sob a perspectiva da História Ambiental e da História Social do Trabalho, as conexões entre natureza e trabalho no tempo das demarcações de limites na Amazônia colonial, destacando o papel dos saberes indígenas e das interações com o mundo natural para a consolidação do projeto colonizador português.

Palavras-chave: Amazônia colonial; demarcação de limites; História Ambiental.

Abstract: In the second half of the 18th century, administrators, scientists and missionaries selected by the Portuguese Crown landed in the Amazon Valley to carry out the work of the Boundaries Demarcation Commission, which defined the borders between the possessions of the Iberian kingdoms in America. During these expeditions, the demarcators produced various travel reports that described the natural world, enabling the formation of scientific knowledge about the region. Therefore, from the perspective of Environmental History and the Social History of Work, this article analyzes the connections between nature and work at the

* Professor da Faculdade de História na Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação para o Ensino de Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa História e Natureza (GRHIN/CNPq/UFPA). Editor do *blog* 'História e Natureza' (www.historiaenatureza.com.br). E-mail: wesleykettle@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5824-5700>.

time of the boundaries demarcations in colonial Amazonia, highlighting the role of indigenous knowledge and interactions with the natural world for the consolidation of the Portuguese colonization project.

Keywords: Colonial amazon; demarcations of boundaries; Environmental History.

Introdução

Oitenta anzoos de Piraguiba, e outras tantas linhas para pescar./ (...) Oitenta arpeos de peixe boi./ Oitenta ditos de tartaruga./ [...] Quatro rodas de fazer farinha./ [...] Alguns paneiros de Carimá./ Algumas frasqueiras de vinho./ Outras de vinagre./ Outras de aguardente do Reino./ Outras de restilho da terra./ Agua ardente commua para os remeiros./ Vinte arrobas de tabaco./ Uma botica com toda casta de medicamentos e purgas./ Quatro cirurgiões./ Quatro capelães.¹

Relação dos objetos para uso na expedição de limites,
Francisco Pedro de Mendonça Gorjão (1750)

Cassini Elements de Astronomie tables/2 tom./ Gardiner Tables de logarithmes./ Instification de la figure de la terre par le Bouguer./ Historie Celeste par M. Le Mornier./ Ephemerides de Parker do anno de 1753 [...] Degré Du Meridien./ Elemens de Geographie./ La figure de La terre par M. de Maupertuis./ Ephemerides do anno de 1753 p^a meridiano de Londres./ Theorie de La figure de La terre par M. clairaut.²

Lista dos livros e instrumentos para a expedição de limites,
Francisco Xavier Mendonça Furtado (1753)

A LEITURA DOS DOIS EXCERTOS revela o contexto dos trabalhos realizados para a demarcação dos domínios espanhóis e portugueses na região amazônica no século XVIII. O primeiro trecho em destaque faz parte da “relação dos objetos” elaborada, em 1750, pelo então governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará Francisco Mendonça Gorjão (1686-1767), advertindo o secretário dos negócios do Reino sobre os materiais necessários para os trabalhos da “expedição de limites”. A relação indica instrumentos específicos para a experiência que os demarcadores viveriam na Amazônia, anunciando, inclusive, alguns animais e plantas que fariam parte do seu cotidiano.

A “lista dos livros e instrumentos”, que chegaram ao Pará no ano de 1753 no iate *Nosso Senhor do Bonfim e Santo Antônio*, tinha como objetivo servir aos trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa, é o segundo excerto em destaque. Esse acervo nos permite perceber as intenções da Coroa em oferecer condições que possibilitassem a elaboração de um trabalho que dialogasse com produções científicas consideradas mais avançadas na Europa.

1 Francisco Pedro de Mendonça Gorjão. Ofício a Pedro da Mota e Silva, relatando as dificuldades encontradas para realizar a Expedição de Demarcação de Limites em 2/9/1750. AHU, 32, 2988.

2 Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ofício a Diogo de Mendonça Corte Real, remetendo a lista das caixas com os instrumentos matemáticos e os livros que chegaram ao Pará em 8/10/1753. AHU, 35, 3246.

Enviada desde Lisboa, a “relação dos objetos” indicava instrumentos matemáticos e uma bibliografia teórica própria da astronomia e da História Natural, vinculada ao conhecimento europeu. Enquanto isso, a “lista dos livros e instrumentos” elaborada no Pará indicava materiais da cultura e vivência locais, igualmente importantes para os trabalhos que seriam realizados pelos sertões amazônicos, incluindo tecnologias mestiças, fabricadas como produto da interação entre as etnias que formavam a sociedade colonial.

Quando posicionamos os dois trechos em condição comparativa, identificamos como as determinações vindas do Reino se deparavam com o mundo biofísico vivenciado no Estado do Grão-Pará e Maranhão, muitas vezes produzindo fricções e estranhamentos por parte dos diferentes personagens que passaram a constituir a sociedade colonial. O trabalho dos demarcadores pôs em interação sua bagagem teórica de origem europeia e o conhecimento indígena, fundamental para o desenvolvimento da experiência concreta desses personagens no Vale Amazônico. Ao estudar o mundo do trabalho no período colonial, devemos discutir a interação – na maioria das vezes conflituosa – de saberes tão distintos como o europeu e o indígena no tempo das demarcações de limites na Amazônia colonial.

O registro do conjunto de livros demonstra a importância de uma biblioteca mínima para acompanhar os demarcadores em seus trabalhos. Destacam-se as obras de Jacques Cassini (1677-1756) para as medições, revelando que a astronomia se apresentava como uma das ciências mais importantes para os objetivos que motivaram a constituição da Comissão Demarcadora de Limites. Esse tipo de bibliografia serviu de fundamento para outras ações de exploração em diferentes pontos do Ultramar.

Durante a primeira metade do século XVIII, o rei português D. João V (1689-1750) e o monarca espanhol D. Fernando VI (1713-1759) iniciaram negociações políticas para o estabelecimento de um novo acordo diplomático.³ As tratativas culminaram na assinatura do Tratado de Madri, em 1750, que foi marcante para os trabalhos de demarcação como ação efetiva do projeto colonizador português na região amazônica. O Tratado de Limites, como também é conhecido esse acordo diplomático, estabeleceu as diretrizes para a política de demarcação e ocupação das possessões espanhola e portuguesa na América. Nesse sentido, as Coroas ibéricas adotaram o princípio de posse da terra, chamado *uti possidetis*, e as “fronteiras naturais”, isto é, os lagos, as montanhas e os rios, como referências principais para o processo de demarcação de limites no continente americano.⁴

No ano de 1751, foi assinado um documento com instruções para os trabalhos das demarcações, que estabeleceu a formação de duas comissões para definir os limites

3 FONSECA, Luis Adão da. **O tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XVI**. Lisboa: Enapa, 1991.

4 CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Lisboa: Horizonte, 1984. p. 319-394. ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Sobre a questão das “fronteiras naturais”, ver: ALMEIDA, Luís Ferrand de. **A colônia do Sacramento na época da sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, 1973. p. 318.

das fronteiras meridionais do Estado do Brasil (entre a região de Castilhos Grandes – atualmente território uruguaio – e a região do rio Paraguai) e das fronteiras setentrionais do Estado do Grão-Pará e Maranhão.⁵

Para isso, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) selecionou dois homens de confiança para atuarem como chefes dos trabalhos de demarcação nos dois estados que formavam os domínios portugueses na América: Gomes Freire de Andrade (1685-1763), que dirigiria os trabalhos ao Sul, no Estado do Brasil, e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779), que dirigia os trabalhos ao Norte, no Estado do Grão-Pará e Maranhão.⁶ As comissões realizaram, entre 1750 e 1759, os trabalhos das demarcações de limites, elaborando mapas e relatórios acerca dos territórios coloniais ibéricos no continente americano.⁷

Além disso, Espanha e Portugal contrataram homens de ciência, como astrônomos, cirurgiões, desenhadores, engenheiros e médicos, visando à demarcação das fronteiras entre as capitanias portuguesas e os domínios espanhóis na América.⁸ Os chamados “comissários inteligentes”, entre eles o astrônomo bolonhês Giovanni Angelo Brunelli (1722-1804), também elaboraram descrições sobre os animais, as plantas, o clima, os rios e as paisagens, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico acerca da Amazônia.⁹

Por sua vez, administradores, como governadores, ouvidores, secretários e demais oficiais da Coroa, além de missionários, entre eles bispos e padres da Igreja Católica, também participaram dos trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa. Esses personagens históricos, como o governador português Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o padre alemão Anselm Eckart (1721-1809), registraram, assim como os homens de ciência, suas impressões sobre a natureza do Vale Amazônico, possibilitando a formação do saber científico acerca da região que circulou, principalmente, dentro do Império português.¹⁰

Em linhas gerais, o trabalho dos demarcadores no Estado do Grão-Pará e Maranhão consistiu em percorrer os rios, furos e igarapés que formam a geografia da região. Dessa forma, eles necessitavam estar munidos de equipamentos para a pesca que apenas os indígenas poderiam fabricar e instruir quanto ao uso e, indicando, inclusive, os melhores

5 D. José I, rei de Portugal. Instruções a Tomás da Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos da Silva Teles, embaixador português e negociador do Tratado de Madri, em 2/3/1751. AHU, 1, 10.

6 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1990. p. 170-175.

7 CHAVES, Otávio Ribeiro. América portuguesa: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 2, p. 218-234, jul.-dez. 2014.

8 Ibidem, p. 234.

9 REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e demarcações na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. CORTESÃO, op. cit., 1984, p. 319-394. KETTLE, Wesley Oliveira. “Comissários Inteligentes” na Amazônia colonial: ciência e natureza no tempo das demarcações (1750-1799). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 7, n. 1. p. 58-83, jan.-abr. 2018.

10 Sobre a circulação do conhecimento científico acerca do Vale Amazônico dentro do Império português, a partir dos relatos de Eckart, ver: SILVA, Maurício José Quaresma. Por uma história global: os “Aditamentos” do padre Eckart e a circulação do conhecimento sobre a Amazônia colonial. **Revista Eletrônica Discente Homos**, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 312-326, maio 2022.

locais para obter alimentos para os membros da expedição. Ao considerar a dimensão ambiental da história, ampliamos o estudo sobre o trabalho das demarcações na Amazônia.

Portanto, o contexto e as práticas envolvidas nas demarcações de limites na região amazônica revelam que o trabalho dos demarcadores não se limitava à aplicação de técnicas europeias, integrando os saberes locais, especialmente o conhecimento indígena, para superar os desafios impostos pelo mundo natural. Este artigo tem como objetivo analisar as conexões entre a natureza e o trabalho desenvolvido pelos demarcadores na Amazônia colonial, utilizando os relatos de viagem do governador Mendonça Furtado, do astrônomo Angelo Brunelli e do padre Anselm Eckart como fontes principais da pesquisa. Desse modo, destaca-se a importância de outros atores sociais na história, além dos europeus, entre eles os indígenas e a natureza, no processo de formação das fronteiras coloniais amazônicas no século XVIII.

Navegando pelas “artérias de poder”: a expedição demarcadora de Francisco Xavier de Mendonça Furtado

OS RELATOS ESCRITOS por administradores revelam que, apesar dos obstáculos, os rios foram um dos principais responsáveis pela viabilização do projeto colonizador português no Vale Amazônico. Nesse contexto, o rio não é apenas um acidente geográfico, mas também uma “artéria de poder” e, até mesmo, um instrumento da modernidade.¹¹ As informações acerca dos caminhos fluviais que levam a diferentes regiões da Amazônia, onde haveria gêneros com potencial de exploração, são acompanhadas por descrições sobre a fauna, a flora, a floresta, o clima, os rios, as cachoeiras, os perigos e as cenas do cotidiano.¹² Portanto, os relatos de viagem permitem conhecer as visões de natureza dos membros da administração local durante os trabalhos das demarcações de limites na região amazônica.

Muitas vezes, essas informações acerca do mundo natural foram obtidas por meio da interação entre os oficiais da Coroa e os personagens que não faziam parte da elite política da sociedade colonial, como remeiros, soldados, índios e práticos.¹³ Esse tipo de relação, que permitia realizar descrições sobre a natureza da região, revela a experiência concreta vivenciada pelos administradores fora dos gabinetes e palácios de governo.

A interação com o mundo natural na Amazônia também influenciou a produção de conhecimento dos responsáveis pela administração local, levando-os, frequentemente, à reformulação de suas estratégias e planos de trabalho na região. Nesse sentido,

11 COSTA, Maria de Fátima. Paisagens narrativas do espaço amazônico. In: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2008. p. 65.

12 KETTLE, Wesley Oliveira. **Ciclopes e profetas no Vale Amazônico**: visões de Natureza no tempo das demarcações (1750-1799). 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

13 RELAÇÃO dos rios que deságuam no rio Negro, conforme informações colhidas de pessoas conhecedoras do assunto [1755]. MCM-SF, v. 2. p. 355.

governadores, ouvidores, secretários e outros oficiais da Coroa percorreram, ao longo da segunda metade do século XVIII, os rios, lagos, lagoas e igarapés que formam a bacia do rio Amazonas. As informações acerca dessas incursões estão registradas em diversos documentos oficiais, como remessas, ofícios, diários e inventários produzidos pelos administradores, entre eles Francisco Xavier de Mendonça Furtado.¹⁴

Em 1754, a expedição de limites, comandada pelo governador Mendonça Furtado, partiu de Belém em direção a Mariuá, no rio Negro. As Partidas do Norte, como também foram chamadas essas viagens de exploração, caracterizavam-se pela grande necessidade de conhecimento sobre navegação pela bacia hidrográfica do Vale Amazônico e por uma dieta baseada em produtos da floresta. Dessa forma, a presença de indígenas envolvidos nos trabalhos das demarcações foi fundamental para o sucesso do projeto colonizador português.¹⁵

A expedição demarcadora de Francisco Xavier de Mendonça Furtado levou 88 dias para percorrer cerca de 2.000 quilômetros até a aldeia de Mariuá, localizada nas margens do rio Negro. Essa viagem contou com a participação de 1.025 pessoas, sendo 511 indígenas e 23 canoas grandes, das quais 11 estavam reservadas para os “comissários inteligentes” contratados pela Coroa portuguesa, que tinham como objetivo realizar as medições para o estabelecimento das fronteiras com os domínios espanhóis. O secretário João Pinto da Silva foi responsável por escrever um diário sobre a expedição, registrando importantes relatos acerca da natureza.¹⁶ Em seu “Diário”, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão relata:

[...] fomos pelo rio acima buscando o Moju, com um vento favorável e pela uniformidade das canoas e diversidade dos vestidos dos remeiros delas, em que a maior parte das pessoas da expedição se empenharam, [...] e foi mais agradável e uma vista que nunca jamais viu o Pará, das quais não faço menção ou narração especial porque haverá quem com melhor estilo e mais tempo dê conta da forma dessa saída.¹⁷

O excerto em destaque apresenta as primeiras descrições do “Diário da viagem que o Ilmo e Exmo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Maranhão, fez para o rio Negro”, comandando “a expedição das demarcações dos reais domínios de sua majestade”. Conforme o relato, um evento nunca visto antes em todo o Pará.¹⁸

A presença de indígenas e mestiços foi indispensável para a expedição de limites. O jacumaúba, ou piloto da canoa, na grande maioria das vezes, não tinha origem ou ascendência portuguesa. Ao longo dessa viagem até Mariuá, ficava claro que essa função

14 KETTLE, op. cit., 2015, p. 185.

15 Ibidem, p. 230.

16 DIÁRIO da viagem que fez o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado de Belém até o Alto Rio Negro, 2 de outubro a 28 de dezembro de 1754. MCM-SF, v. 2. p. 256-288.

17 Ibidem, p. 257.

18 Ibidem, p. 256.

deveria ser ocupada por um indígena que conhecesse muito bem os caminhos fluviais por entre as ilhas, igarapés, baías e rios da região.¹⁹ Os oficiais e soldados portugueses também exerciam atividades e funções importantes; contudo, os indígenas eram descritos no “Diário” de Mendonça Furtado como indispensáveis para guiar os demarcadores até o destino final da expedição. Isso porque os indígenas possuíam, ao contrário dos demarcadores luso-brasileiros, italianos, húngaros e de outras nacionalidades, um conhecimento profundo sobre o mundo natural da Amazônia.²⁰

Durante essa viagem, administradores, homens de ciência e religiosos interagiram entre si, convivendo e conhecendo-se melhor. Nesse período, ocorreram algumas desavenças, assim como a formação de vínculos políticos entre os demarcadores. Portanto, é importante não perder de vista que nenhum desses grupos estava isolado, pois uma característica dessa sociedade era justamente as conexões estabelecidas entre esses diferentes personagens históricos.²¹

Em meio aos perigos da floresta e dos rios, os indígenas foram responsáveis pela proteção dos membros da expedição. O “Diário” relata esses indígenas portando armas para defesa. No entanto, a afirmação de que todos eles obedeceram cegamente às determinações metropolitanas, repassadas pelos oficiais da fazenda, não é verdadeira. Isso porque, muitas fugas empreendidas por eles impediram que a viagem seguisse na velocidade planejada pelos demarcadores. Além disso, as visões de natureza de Francisco Xavier de Mendonça Furtado devem ser compreendidas considerando a interação com os indígenas, já que, muitas vezes, esses demarcadores estavam acompanhados por eles, conhecendo animais e plantas e utilizando a língua local, os métodos de caça, a colheita, os mitos e os princípios curativos apresentados pelos indígenas.²²

Os demarcadores também eram responsáveis pelas negociações com os habitantes dos sertões da região amazônica. Embora ocupassem uma posição de destaque nessa sociedade, eles tinham a missão de persuadir colonizadores e indígenas a participarem dos trabalhos de demarcação na região. O sol e o calor amazônico os obrigavam a fazer pausas para descansar nas praias, enquanto os remeiros buscavam recuperar suas forças com um banho nos rios e lagos antes de prosseguir a viagem rumo à aldeia de Mariuá.²³ Nessa relação dos demarcadores com o mundo natural, o descanso tranquilo nas praias não era perene, uma vez que fortes tempestades assustavam a todos. O “Diário” de Mendonça Furtado descreve um desses episódios:

No dia 30, continuamos a nossa viagem com um vento fresco, e pelas 4 horas da tarde portamos em uma praia da mesma costa do sul que estava

19 SAMPAIO, Patrícia. Remedios contra la pobreza: trabajo indígena y producción de riqueza en la amazonia portuguesa, siglo XVIII. **Fronteras de la historia**, v. 9, p. 17-59, dez. 2004. Os indígenas denominavam de “jacumã” o pedaço de madeira que utilizavam como remo e de “jacumaúba” aquele que trabalhava como piloto da canoa.

20 KETTLE, op. cit., 2015, p. 231.

21 Ibidem, p. 231.

22 Ibidem, p. 231-232.

23 DIÁRIO, op. cit., p. 285.

sem abrigo, por não haver sítio melhor, e pelas 6 horas da tarde tivemos uma intensíssima trovoadas oeste, que, se não fosse o grande cuidado e trabalho que os índios seguravam as canoas, certamente algumas poderiam perecer naquela costa. Durou esta trovoadas mais de meia hora, ficando depois a noite muito serena e, em consequência, as canoas em tranquilidade.²⁴

O trecho em destaque é o relato de uma cena muito recorrente nas tardes na Amazônia, quando o “vento fresco” e a calmaria são interrompidos repentinamente por uma chuva forte, com raios e trovões. Após 30 minutos, a noite serena cai, e a tranquilidade retoma seu lugar. Podemos observar como o “Diário” destaca a habilidade dos indígenas que, com presteza, não deixaram que as canoas alagassem durante a chuva. A mudança do clima também é descrita no excerto, permitindo-nos compreender como os demarcadores percebiam os fenômenos da natureza.

A história da região apresenta muitos episódios como esse, nos quais os indígenas desempenham um papel fundamental para contornar os problemas enfrentados durante as viagens de exploração. Eles se tornaram membros indispensáveis dessas expedições devido ao conhecimento e às habilidades adquiridos em sua experiência com o mundo natural. A natureza é considerada desafiadora e surpreendente, enquanto os indígenas, muitas vezes, são apresentados intermediando a interação entre o mundo natural e os demarcadores no Vale Amazônico. Francisco Xavier de Mendonça Furtado fez parte de uma história dinâmica, na qual a natureza deve ser considerada um elemento ativo, que desafiava as estratégias pombalinas com sua imprevisibilidade.²⁵

O relato continua descrevendo o avanço das canoas, destacando os caminhos fluviais que ora se tornavam estreitos e, ora se alargavam. A expedição de limites afastava-se de Belém confiando na recepção de aldeias e povoados, utilizando como portos os engenhos instalados nas margens dos rios da Amazônia.²⁶ No seu “Diário”, o governador Mendonça Furtado relata:

Neste lugar estivemos no dia 4, até haver água para passarmos o seco do Igarapé-mirim, o qual sendo sumamente enfadonho por causa dos muitos cipós e matos que embaraçam as canoas. Nesta ocasião se passou com muita suavidade e pressa em razão do cuidado que S. Ex^a teve em mandar limpar primeiro, e com a admiração de todos chegamos no mesmo dia e maré à freguesia de Santana, onde ficamos os dias seguintes.²⁷

Os “muitos cipós e matos” citados no trecho em destaque eram alguns dos embaraços do caminho fluvial que moldaram o olhar acerca do mundo natural desses oficiais da fazenda. Enquanto os “comissários inteligentes” descreviam as cenas da região amazônica, catalogando animais e plantas por meio de inventários escritos e visuais, os administradores registravam o potencial de novas espécies, as rotas e o desenvolvimento das aldeias e freguesias da

24 Ibidem, p. 271. Grifo nosso.

25 KETTLE, op. cit., 2015, p. 234.

26 Ibidem, p. 236.

27 DIÁRIO, op. cit., p. 258. Grifo nosso.

região.²⁸ Durante a navegação, os oficiais da fazenda observavam as margens cobertas de floresta densa e as diferentes paisagens, descrevendo barrancos, cachoeiras e pedreiras em seus relatos de viagem. Um exemplo disso é a descrição da ausência de árvores robustas nas margens do rio Aquiqui e a presença de “muitas campinas” que formavam a paisagem local.²⁹

As pedras também chamavam muita atenção dos demarcadores, pois eram vistas como sinais de perigo nas travessias ou como referências dos lugares. Assim, o “Diário” relata a passagem por Itaquiara, “nome que deram os índios àquele sítio, por ter uma ponta de pedra com alguns riscos à semelhança de caracteres que não dizem nem significam coisa alguma”. A descrição do “sítio chamado das Igrejinhas” também tem como referência as pedras: “é uma ponta de pedras junto de uma rocha, na qual se acham algumas concavidades de diferentes grandezas”.³⁰

Desse modo, as determinações da Coroa e os planos realizados nos gabinetes e palácios em Belém enfrentaram animais, cipós, chuva, matos e mortes até que a expedição demarcadora de Francisco Xavier de Mendonça Furtado desembarcasse em Mariuá. O tempo da viagem estava relacionado à maré, a velocidade da navegação dependia dos ventos, e a maioria dos mantimentos era encontrada nos lagos e rios da região.³¹ Portanto, o desembarque na aldeia de Mariuá trouxe alívio aos demarcadores portugueses, que finalmente puderam realizar os trabalhos de medições e se reunir com os membros da Comissão Demarcadora de Limites espanhola. As flores presentes nas matas ornamentavam as escadas por onde os administradores subiam até a igreja para agradecer ao Deus cristão, ao som de melodias entoadas pelos indígenas da região. Eles aguardavam ansiosamente pelo descanso após a “dilatada e perigosa viagem” que haviam realizado. Entretanto, os dias após a chegada da expedição ainda trariam muito trabalho nesses “sertões tão faltos de providências”.³²

Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites, e a contemplação das “coisas da natureza”

Durante a segunda metade do século XVIII, os “comissários inteligentes”, contratados por Espanha e Portugal para realizarem os trabalhos das demarcações de limites estabelecidos pela assinatura do Tratado de Madri, no ano de 1750, elaboraram diversos relatos escritos e visuais sobre suas experiências vivenciadas no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esses homens de ciência eram, na maioria das vezes, estrangeiros nomeados pelo rei português D. João V e pelo monarca espanhol D. Fernando VI, para participarem da Comissão Demarcadora de Limites na América ibérica. Por sua vez, os “comissários inteligentes”

28 Ibidem, p. 281.

29 Ibidem, p. 271.

30 Ibidem, p. 281.

31 KETTLE, op. cit., 2015, p. 239.

32 DIÁRIO, op. cit., p. 286.

contratados pela Coroa portuguesa para esse trabalho foram reunidos em três diferentes tropas ou turmas, de acordo com as atividades e funções desempenhadas pelos demarcadores antes da expedição de limites.³³

Esses homens de ciência partiram de Lisboa rumo à América mais de um ano após sua contratação. Nesse ínterim, algumas notícias vindas da Amazônia desencorajaram membros da Comissão Demarcadora de Limites. Os problemas de abastecimento de provisões na região fizeram os demarcadores desconfiarem das promessas realizadas pelo padre João Álvarez de Gusmão. Além disso, a qualidade dos materiais que seriam utilizados para as medições foi questionada pelos “comissários inteligentes”.³⁴

Em 1753, os demarcadores partiram para “servirem à demarcação dos confins da América”. A travessia do oceano Atlântico rumo à cidade do Pará durou 48 dias até que os “sujeitos” da “frota do Maranhão” desembarcassem na região.³⁵ Nesse contexto, astrônomos, cirurgiões, desenhadores, engenheiros e médicos de diferentes partes da Europa participaram das expedições de limites pelas florestas e rios do Vale Amazônico ao longo da segunda metade do século XVIII. Esse trabalho e a interação com o mundo natural influenciaram as visões de natureza dos homens de ciência, entre eles Giovanni Angelo Brunelli, que surgiram não apenas sob a influência de um conhecimento ilustrado, determinado pelo projeto colonizador português, mas também por meio da experiência local e das demandas políticas da região.³⁶

O astrônomo bolonhês Angelo Brunelli foi um dos demarcadores que produziram relatos de viagem com descrições acerca do mundo natural observado durante os trabalhos das demarcações na Amazônia. Diante disso, suas impressões sobre as “coisas da natureza”,³⁷ assim como as de outros “comissários inteligentes”, foram construídas por meio da interação com os animais e as plantas, percorrendo as florestas e os rios da região amazônica.³⁸

No entanto, Brunelli estava muito preocupado com a vida que encontraria após sair de Lisboa e atravessar o oceano Atlântico. Ele enviou um requerimento, no ano de 1752, ao ministro da Corte de Portugal, pedindo que as condições acordadas em Bolonha, em relação à expedição de limites, fossem cumpridas integralmente. Nesse sentido, uma ameaça de cancelar sua participação como demarcador está presente no seguinte

33 Sebastião Carvalho, secretário de Estado. Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 6/7/1752. Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina. 626, 32-37.

34 Giovanni Angelo Brunelli. Carta a Francesco Zanotti, em 15/5/1751. BCAB, Gabinetto Manoscritti, Lettere di diversi a Francesco Maria Zanotti, B-160. Esse documento foi publicado na obra: MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. **Antonio José Landi (1713-1791): um artista entre dois continentes**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 652-653.

35 Sebastião José de Carvalho e Melo. Carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 14/5/1753. MCM-SF, v. 1, p. 384.

36 KETTLE, op. cit., 2015, p. 89.

37 BRUNELLI, Giovanni Angelo. “Sobre a mandioca”, 1767. In: PAPAVERO, Nelson et al. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, Belém, v. 5, n. 2, maio-ago. 2010. p. 517.

38 KETTLE, op. cit., 2015, p. 127.

excerto: “[...] venho rogar que Vossa Excelência pondere algumas coisas que, se não forem alteradas, não será possível que eu queira expor-me a tantos perigos e fadigas, que necessariamente devem ser encontrados por todos aqueles que estão para ir ao Brasil”.³⁹ Os “perigos e fadigas” citados no trecho anterior preocupavam Angelo Brunelli, já que estavam relacionados às grandes distâncias a percorrer, ao ataque de indígenas, às difíceis correntezas, às furiosas tempestades e a tantos outros desafios que aguardavam os homens de ciência na região.⁴⁰

Suas ponderações referem-se à garantia de que: 1) o diretor-geral da expedição fosse um dos matemáticos e não “um simples engenheiro”; 2) ele assinasse a Carta Geográfica Geral, produto das expedições, como autor; 3) fosse revisto o valor de seu pagamento, propondo valores “tanto mais razoáveis quanto melhores”; e 4) fossem “dados bons instrumentos [...] para as operações astronômicas que devem ser feitas nas expedições”.⁴¹

Nesse requerimento, não identificamos vestígios de altruísmo ou desejo de aventura por parte de Brunelli, mas sim a busca por garantias para realizar seu trabalho na Comissão Demarcadora de Limites portuguesa na Amazônia. O conteúdo dos relatos foi utilizado como meio de chamar atenção para suas qualidades de súdito capaz e de desenvolver os negócios do Reino. Diante disso, as disputas por nomeações e posições de destaque evidenciam o caráter hierárquico dos cargos que cada demarcador ocupava na expedição de limites. A demarcação das fronteiras estava longe de acontecer sem discórdias e intrigas. Ao ler o requerimento, observamos que esses conflitos e disputas já aconteciam desde a saída de Lisboa e não desapareceram na chegada ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.⁴²

As descrições de Angelo Brunelli acerca do mundo natural do Vale Amazônico foram elaboradas nesse contexto político, considerando os conflitos de interesses, as necessidades da Coroa e as possíveis vantagens obtidas pelos autores desses relatos de viagem. A nosso ver, os desdobramentos dessa história precisam ser analisados, incluindo a dimensão ambiental que esses “comissários inteligentes” experimentaram, influenciando também suas percepções de natureza.⁴³

Em Belém, a Comissão Demarcadora de Limites concentrou as decisões para as tropas ou turmas que subiriam o curso do rio Amazonas. O destino final seria Mariuá, situada nas margens do rio Negro, onde os demarcadores portugueses se reuniriam com os demarcadores espanhóis. Em 2 de outubro de 1754, os homens de ciência contratados pela Coroa portuguesa deram início à expedição demarcadora, comandada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e

39 BRUNELLI, Giovanni Angelo. Requerimento de Brunelli ao ministro da Corte de Portugal pedindo que sejam exatamente cumpridas as condições estabelecidas em Bolonha, quando foi contratado para vir ao Brasil, ca. 1752. In: PAPAVERO, op. cit., p. 502.

40 KETTLE, op. cit., 2015, p. 127.

41 BRUNELLI, op. cit., 1752, p. 502-503.

42 KETTLE, op. cit., 2015, p. 128.

43 Ibidem, p. 129.

Maranhão. Brunelli elaborou um roteiro, e o governador Mendonça Furtado produziu, como vimos anteriormente, um diário sobre a mesma viagem. Contudo, as observações acerca do mundo natural do espaço percorrido foram descritas de forma mais resumida por Angelo Brunelli, destacando principalmente os lugares onde havia engenhos, igrejas e outras instalações que auxiliavam as estratégias de ocupação colonial.⁴⁴

Uma característica importante da experiência dos demarcadores nesse período foi realizar diversas tarefas voltadas para demarcação de limites, como medições astronômicas, colocação de marcos, elaboração de mapas, registros visuais das paisagens e outras atividades relacionadas com a política de ocupação portuguesa na Amazônia. Desse modo, o roteiro escrito por Brunelli nos apresenta uma visão de natureza muito atenta a essas outras questões que interessavam à administração colonial.⁴⁵

O primeiro ponto de parada dos “comissários inteligentes” foi o engenho jesuíta de Burajuba, a cerca de uma hora de distância de Belém. Em seu “Roteiro”, Angelo Brunelli afirma que ali se produzia açúcar e “muito cacau e café”, contando com mais de 60 trabalhadores. O cultivo desses gêneros era muito apreciado e incentivado pelos agentes da Coroa; por isso, os demarcadores fizeram questão de anotar as atividades relacionadas à agricultura, como no lugar chamado “Ribeira”, onde funcionava um engenho de açúcar e se fabricava canoas. Nesse local, eles chegaram “a tardinha” e pernотaram.⁴⁶ Ele prosseguiu registrando os engenhos ativos, as bocas de rios e as igrejas erigidas ou em construção. Logo, a paisagem vai sendo descrita até por volta do meio-dia, quando os homens de ciência chegaram ao Igarapé-Mirim, onde Brunelli relata ser “muito estreito e dificultoso; depois, pouco a pouco, alarga-se e torna-se um grande rio”.⁴⁷

A velocidade da viagem era moldada pelas condições que esses caminhos fluviais apresentavam, o que influenciou as descrições realizadas por esses demarcadores, fosse na água, fosse na terra. Assim, a preocupação estava relacionada à busca pela rota mais segura. O tempo e o avanço da expedição foram condicionados pelas forças da natureza, pelo estreitamento dos igarapés e rios, pela altura das marés, pelas chuvas, pelos ventos, entre outros fatores.⁴⁸

No seu relato sobre o dia 7 de outubro, Angelo Brunelli nos permite observar a percepção sobre o tempo em interação com as condições que o mundo natural apresentava, além de oferecer como exemplo da narrativa que ele propõe ao descrever o cotidiano da expedição:

44 Ibidem, p. 129.

45 Ibidem, p. 130.

46 BRUNELLI, Giovanni Angelo. Roteiro escrito por Brunelli da viagem do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado com a Comissão Demarcadora de Limites, de Belém a Mariuá, no rio Negro, de 2 de outubro a 25 de dezembro de 1754. In: PAPAVERO, Nelson et al., p. 504.

47 Ibidem, p. 504.

48 KETTLE, op. cit., 2015, p. 131.

Antes de raiar o dia, com um vento bastante forte e bom, passamos as duas bocas de Marapatá [...] parando no local de [...] com engenho e igreja [...] e a viagem [...] por volta das 5 horas. Depois do almoço, à uma hora, partimos do dito lugar e por volta das 7 horas, sempre prosseguindo por um labirinto de ilhas, atingimos as bocas da terceira baía de Maraguaru.⁴⁹

O excerto em destaque revela que o avanço dos “comissários inteligentes” dependia bastante da colaboração dos ventos, um elemento importante para o deslocamento, além da força dos indígenas que remavam pelos rios da região. Inclusive, a preocupação em não se perder está presente na expressão “labirinto de ilhas”, repetida várias vezes ao longo do “Roteiro”, não só constituindo a paisagem descrita, como também revelando o que Brunelli priorizou ao relatar a natureza encontrada no percurso pelas águas, mencionando as larguras das baías que atravessavam e as “muitas ilhas de diversa grandeza”.⁵⁰ Essas ilhas eram tidas como pontos de referência para situar o leitor que acompanha o avanço dos demarcadores em direção à aldeia de Mariuá, além de que navegar entre elas, por vezes, também significava segurança durante a viagem.

As dificuldades encontradas pelos homens de ciência caracterizam as descrições acerca da zona de fronteira no Alto Rio Negro. Em 6 de dezembro de 1754, Angelo Brunelli descreveu o desafio de vencer “uma corredeira sobre pedras”, onde gastaram “mais de uma hora e meia para passar”. Essas pedras também são citadas como pontos de referência em uma região pouco ocupada pelos demarcadores.⁵¹ Nesse cenário, os “comissários inteligentes” buscavam mostrar habilidade não só para realizar os trabalhos de demarcação, mas também para ocupar cargos na administração.

No dia 1º de novembro, já bastante avançados no percurso e estacionados em uma ilha, Brunelli relata a mudança da paisagem em relação ao que viam ainda nos primeiros dias da viagem. Em seu “Roteiro”, ele destaca: “[...] aqui as terras são muito altas, muita pedra e terra amarela”. As margens tornaram-se mais elevadas, o que tornava ainda mais importante uma descrição e mapeamento eficientes dessa região. Logo, a pequena “fortaleza de Pauxis (Óbidos) [...] miserável, mas antiga”, localizada em uma dessas “terras altas”, aparece em margens elevadas em relação ao nível do rio. Por fim, ele completa dizendo que nesse ponto, “o rio Amazonas é estreitíssimo”.⁵² As descrições de Angelo Brunelli continuam à medida em que a expedição demarcadora continua avançando em direção ao destino final em Mariuá.

Em 24 de novembro, o “Roteiro” registra “muitas terras coloridas. O rio agora muito largo”. As cores prosseguem sendo registradas nas palavras de Brunelli: “Em frente a boca do rio Madeira [...] terras e pedras coloridas na margem”. As rochas eram as novidades dessa paisagem após um mês de viagem. Ao chegar à fortaleza do rio Negro mais “Terras

49 BRUNELLI, op. cit., 1754, p. 505.

50 Ibidem, p. 505.

51 Ibidem, p. 510.

52 Ibidem, p. 507-508.

altas [...] terras sempre elevadas [...] Pedra”. No entanto, isso seria apenas o começo, uma vez que rio acima encontrariam “inúmeras cachoeiras”.⁵³

Após 20 dias de viagem, as canoas da expedição precisavam ser limpas, utilizando-se a água abundante do próprio rio. Enquanto isso, os demarcadores aguardavam o almoço em uma casa improvisada, esperando para visitarem “uma pequeníssima aldeia a um quarto de milha de distância”.⁵⁴ Assim, os homens de ciência conheciam os sertões da região amazônica e seus diversos habitantes, humanos e não humanos. No seu “Roteiro”, Angelo Brunelli ressalta que “[...] depois de uma grande perda de tempo por causa de índios [...], que precisei substituir, partimos da dita aldeia de Maturu. Pouco depois, entramos num canal de tamanho médio, chamado Aquiqui, parando por volta do meio-dia”.⁵⁵

O trecho anterior evidencia os problemas envolvendo indígenas que possivelmente haviam abandonado a expedição, provocando atrasos até que outros fossem incorporados ao grupo. Portanto, essa mão de obra era fundamental para as demarcações dos territórios espanhóis e portugueses na região, pois os indígenas conheciam os caminhos pelos igarapés, lagos e rios a serem navegados, além de movimentarem os remos que impulsionavam as canoas conduzindo os demarcadores até as fronteiras.

Além disso, as cachoeiras mais perigosas obrigavam o grupo a abandonar as canoas e seguir “caminhando por terra firme”, retomando as embarcações em um ponto seguro do rio. Por sua vez, os indígenas aproveitavam esses momentos para fugir mata adentro, obrigando os “comissários inteligentes” da expedição a interromperem a viagem, já que mesmo um único indígena era importante nesse empreendimento colonial.⁵⁶ Esses atrasos nos lembram como as estratégias desses demarcadores eram constantemente alteradas, uma vez que a floresta tinha seu próprio tempo, e os homens de ciência precisavam construir alternativas diante dessa realidade. Isso não significa que o mundo natural determinou as ações humanas, mas é importante reconhecer as intempéries das viagens, as inflexões causadas pelos fracassos e como tudo isso influenciou a experiência dos demarcadores pelos rios da região.⁵⁷

No dia 25 de dezembro de 1754, com mau tempo, os “comissários inteligentes” chegaram ao destino final, a aldeia de Mariuá. Eles tiveram ali um Natal bem diferente daqueles a que estavam acostumados e uma mesa cheia de novos sabores. Ao olharem pela janela, os demarcadores observaram a chuva que caía sobre a floresta, às margens do caudaloso rio Negro. Eles estavam agora em um dos principais pontos da zona de fronteira.⁵⁸

53 Ibidem, p. 509-511.

54 Ibidem, p. 506.

55 Ibidem, p. 507.

56 Ibidem, p. 511.

57 KETTLE, op. cit., 2015, p. 135.

58 Ibidem, p. 136.

Rezando uma “missa na floresta”: Anselm Eckart e o trabalho missionário no Estado do Grão-Pará e Maranhão

OS MISSIONÁRIOS ELABORARAM, assim como os administradores e os homens de ciência, relatos sobre as experiências vivenciadas durante os trabalhos das demarcações de limites na Amazônia. Nesse contexto, esses religiosos participaram ativamente da política de demarcação e ocupação da região na segunda metade do século XVIII. As expedições de limites mobilizaram o conhecimento das ordens religiosas acerca dos sertões do Vale Amazônico, onde estabeleceram aldeamentos missionários e desenvolveram atividades de exploração como a pecuária. Dessa forma, a atuação política da Igreja Católica fez dela uma instituição muito importante, inclusive na definição das fronteiras na região. O poder eclesiástico estava ramificado ao longo dos rios, com experiência no relacionamento com colonizadores e indígenas.⁵⁹

Muitas vezes, esses missionários, que acompanhavam as viagens pelos rios da Amazônia, realizavam, durante os primeiros dias da expedição, diversas cerimônias, agradecendo e pedindo proteção a Deus, além de ratificar o poder da Igreja Católica no processo de ocupação portuguesa na região. O amanhecer do primeiro domingo da expedição revelava a paisagem da baía de Marapatá. Nesse local, eles realizaram o “santo sacrifício da missa”, registrado por Angelo Brunelli com a expressão “missa na floresta”.⁶⁰

O então bispo da capitania do Pará Dom Frei Miguel de Bulhões e Sousa (1706-1778) acompanhou os primeiros cinco dias da expedição demarcadora, retornando a Belém para continuar suas atividades eclesiásticas e governar as capitanias na ausência do governador Mendonça Furtado. Além disso, os bispos e padres da Igreja Católica, entre eles Anselm Eckart, produziram relatos de viagem sobre os sertões da região amazônica, registrando, por exemplo, suas impressões a respeito da vida dos indígenas, da economia das vilas e povoados, dos roteiros de viagem, dos sabores de frutos, do desenvolvimento da Igreja nessas áreas, do comportamento dos animais e da qualidade dos gêneros da terra.⁶¹

Em 1753, o padre alemão Anselm Eckart chegou ao Estado do Grão-Pará e Maranhão após ter sido convocado para integrar o corpo clerical da colônia portuguesa na região. Os “comissários inteligentes”, contratados pela Coroa portuguesa, também desembarcaram no mesmo ano que os missionários para participar dos trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites na Amazônia. Portanto, Eckart escreveu acerca de sua experiência religiosa nas missões de Pirauri, Abacaxis, Trocano e Caetés até o ano de 1757, quando foi deportado para Portugal.⁶² Anselm Eckart interagiu com as nações indígenas Ariquena e Baré da

59 AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930. HOORNAERT, Eduardo. **História da igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

60 BRUNELLI, op. cit., 1754, p. 504.

61 KETTLE, op. cit., 2015, p. 280.

62 Com a perda do poder temporal da Companhia de Jesus, Anselm Eckart não possuía mais seu cargo de superior da missão de Trocano, que foi elevada à condição de vila, passando a ser chamada de Borba-a-Nova.

missão de Pirauri e realizou descrições sobre o rio Xingu. Em seus “Aditamentos à descrição das terras do Brasil”, Eckart relata:

Apesar de o rio Xingu ser chamado rio da Fome, nele pesca-se peixes muito bons, entre eles também o grande pirarucu, cuja língua atinge quase um palmo e é usada como ralador, com o qual se parece. Entre as iguarias mais saborosas daqui, há a tartaruga, de uns dois palmos de comprimento e [cuja carne] se assemelha à de frango ou à mais tenra carne de vitela.⁶³

O excerto em destaque nos mostra o primeiro contato de Anselm Eckart com o pirarucu e a tartaruga. Durante os anos de trabalho missionário na região, Eckart conheceu os alimentos consumidos pelos indígenas, descrevendo os gêneros da terra, tendo como referência os animais e as plantas presentes com mais frequência na mesa dos europeus, como o frango e a carne de vitela. O tamanho das espécies surpreendeu Anselm Eckart, fato destacado ao longo de todo o relato.

A partir dos relatos de Eckart, podemos perceber que os membros da Igreja Católica não apenas participaram da política de demarcação e ocupação portuguesa no Vale Amazônico, noticiando roças e gêneros próprios para o comércio, mas também interagiram com a natureza, identificando, inclusive, particularidades da fauna e da flora entre diferentes rios. Além disso, seus relatos de viagem também nos informam acerca da dinâmica dos aldeamentos missionários estabelecidos às margens dos rios amazônicos, ou seja, em direta interação com o mundo natural da região. Esses registros ainda destacam como os objetos eram fabricados a partir das árvores e parte dos animais, a construção das habitações, as bebidas, a caça, a pesca, o cultivo dos gêneros e a forma como preparavam os alimentos.⁶⁴

Os “Aditamentos” de Anselm Eckart ainda nos revelam a preocupação em manter o diálogo com aqueles que estavam na Europa, enviando notícias sobre as colônias americanas. Por exemplo, mapas manuscritos produzidos pelos próprios religiosos foram anexados “para melhor visualizar” o que eles descreviam nesses relatos, compondo o que podemos chamar de relatos visuais acerca dos sertões da Amazônia.⁶⁵

Assim como os administradores e os homens de ciência envolvidos com os trabalhos de demarcação, os missionários participaram da produção cartográfica, que visava auxiliar as negociações dos limites, acompanhar relatos textuais ou até mesmo registrar os planos de urbanização das cidades. Esse tipo de documento também se preocupava em registrar informações sobre o curso dos rios e o progresso das povoações na região amazônica.⁶⁶

Ver: PORRO, Antonio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 3, set.-dez. 2011. p. 576. Sobre os anos vividos por Eckart após sua deportação para Portugal, ver: ECKART, Anselm. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. São Paulo: Loyola, 1987.

63 ECKART, Anselm. Aditamentos à descrição das terras do Brasil, 1785. In: PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (org.). **Anselm Eckart, S. J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013. p. 68.

64 KETTLE, op. cit., 2015, p. 282.

65 ECKART, op. cit., 1785, p. 58.

66 GARCIA, João Carlos. Nos contrafortes dos Andes: reflexões geográficas sobre a cartografia do Brasil

Dessa forma, os mapas elaborados pelos demarcadores dialogavam com a produção cartográfica dos religiosos, o que é importante para não perdermos de vista as conexões entre esses diferentes atores sociais. O processo de ocupação se sustentou por meio dessas relações estabelecidas entre esses diferentes sujeitos históricos. Nesse cenário, o esforço em conhecer as zonas de fronteira era necessário, tendo como importante tarefa a descrição geográfica dessas áreas.⁶⁷

Nos seus “Aditamentos”, Eckart lamenta o extravio de um “velho mapa” produzido por ele, do qual nunca teve certeza de que havia chegado às mãos dos jesuítas alemães na Europa. Esse mapa se tratava de um trabalho geográfico “bastante preciso e conforme as mais recentes observações”. Portanto, a atualização das informações acerca da Amazônia era uma preocupação constante. As cartas geográficas apresentavam “todas as residências, missões, rios maiores e menores estavam claramente desenhados”.⁶⁸ Os missionários estavam comprometidos com a elaboração de relatos sobre a região, produzindo importantes registros visuais de perspectiva geográfica, os quais destacavam informações de interesse para a Igreja Católica. Logo, não devemos perder de vista o fato de que havia uma tradição de cartografar esse espaço, contribuindo para a atuação missionária no Vale Amazônico.⁶⁹

Embora muitos episódios relatados tenham sido, em diversas ocasiões, observados pessoalmente por Anselm Eckart, outros foram registrados a partir de informações fornecidas por indígenas, soldados, práticos, padres e oficiais da fazenda. Isso não desvaloriza, de forma alguma, os relatos de Eckart; pelo contrário, possibilita-nos conhecer suas visões de natureza formuladas a partir da interação com as diversas percepções dos sujeitos que compunham aquela sociedade.⁷⁰

Ainda na missão de Pirauri, outras histórias foram registradas por Anselm Eckart, obtidas por meio da leitura dos registros existentes, entre eles o livro de óbitos, que relatava a morte de mais de 200 crianças entre os anos de 1747 e 1748, vítimas “da doença contagiosa, mortal nessas regiões, que os portugueses chamam sarampo”.⁷¹ Esse tipo de problema mobilizou não apenas os religiosos, mas também as autoridades locais, pois a diminuição do número de indígenas aldeados atrapalhava os planos de utilizá-los como mão de obra.⁷² A História Ambiental preocupa-se em ressaltar o impacto dos patógenos na dinâmica dos grupos humanos, levando-os à reorganização de seus planos. Desse modo, essa perspectiva utiliza o conhecimento produzido pelas denominadas Ciências Naturais

setecentista. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 3, n. 6, 2008. p. 21.

67 CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1965. p. 311-317.

68 ECKART, op. cit., 1785, p. 65.

69 KETTLE, op. cit., 2015, p. 284.

70 Ibidem, p. 284.

71 ECKART, op. cit., 1785, p. 67.

72 CHAMBOULEYRON, Rafael et al. ‘Formidável contágio’: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, out.-dez. 2011. p. 992.

como forma de compreender os limites da atuação humana e sua capacidade de superá-los. Na construção histórico-narrativa, faz-se, portanto, emergir o que Fernand Braudel denominou como o “lado elementar de ser biológico e sensível” dos seres humanos.⁷³

Uma leitura crítica dos relatos de Eckart nos permite perceber que ele também estava consciente da história das vilas estabelecidas às margens do rio Madeira. Por exemplo, Anselm Eckart narra os assaltos promovidos pelos indígenas da nação Mura desde os primeiros anos de fundação. Na missão de Trocano, devido à presença de tantas cachoeiras, era necessário reduzir a velocidade das canoas.⁷⁴ Também podemos observar como os navegadores adaptaram seus itinerários e equipamentos às especificidades ambientais:

Um caminho perigoso, devido aos penhascos e cachoeiras, que todos os barcos que se dirigiam a Mato Grosso tinham de usar. Em certos lugares, tal caminho é tão estreito que um barco apenas mais largo que o comum não passa. Por essa razão, os mineiros mandam fabricar um tipo especial de embarcação, tão longa e estreita que um caixote um pouco maior tinha que ser embarcado no sentido do comprimento.⁷⁵

O trecho em destaque refere-se à navegação pelo rio Madeira, apontando os perigos das corredeiras que impediam a continuidade das viagens ou provocavam acidentes na região. Por isso, os demarcadores abandonaram seus barcos largos e construíram canoas estreitas e longas, chamadas ubás, para completar o percurso. Tanto os mineiros, com seus cintos de couro cheios de pó de ouro enrolados na cintura, quanto outros sertanistas que se locomoviam por essas “artérias de poder” podiam chegar com segurança aos seus destinos.⁷⁶

Segundo Ângela Domingues, as canoas eram instrumentos indispensáveis para as expedições de limites e único meio de transporte capaz de percorrer o “labirinto fluvial amazônico”. Ela ressalta como os portugueses utilizaram o conhecimento e a técnica indígenas para produzir canoas leves e seguras, garantindo deslocamentos cômodos e rápidos, não apenas para o transporte de pessoas, mas também de produtos. Dessa forma, as ubás surgiram a partir dessa interação, adaptadas às condições naturais e aos objetivos das viagens de exploração.⁷⁷

Ainda no rio Madeira, Eckart narra a passagem de um “juiz de fora com dois amigos”, vindos de Portugal e com destino a Mato Grosso, “que se hospedaram na casa da missão de Trocano”. Esse juiz de fora recebeu uns caixotes de Anselm Eckart com “uma rede de pesca feita na vila de Vigia, no Pará” para entregar a um padre no Mato Grosso. Além disso, o encontro com o juiz de fora também propiciou a Eckart observar com deslumbramento

73 BRAUDEL, Fernand. Há uma geografia do indivíduo biológico? In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 144-151. Sobre as conexões entre a história ambiental e as ciências naturais, ver: DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 182.

74 KETTLE, op. cit., 2015, p. 285.

75 ECKART, op. cit., 1785, p. 65-66.

76 Ibidem, p. 66.

77 DOMINGUES, Ângela. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII**: política, ciência e aventura. Lisboa: Instituto de História de Além-Mar, FCSH-UNL, 1991. p. 83-84.

“uma grande rede de dormir”, chamada de “hamaca nesta parte da América, lindamente trançada de juncos de diversas cores e figuras” de “flores, aves e outros animais do país”. Esse era um presente que Francisco Xavier de Mendonça Furtado havia dado ao juiz de fora quando estiveram juntos em Mariuá. Assim, é importante destacar como esses objetos fabricados com os elementos encontrados nas florestas da região serviram como gestos políticos de agrado.⁷⁸

Apesar da distância geográfica, os missionários estabeleciam relações políticas e até mesmo de amizade com os demarcadores, militares, indígenas e oficiais da fazenda que participavam dos trabalhos da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa. Vemos, portanto, que a história da Amazônia foi construída também a partir dessas trocas de presentes, informações e instrumentos, tendo os rios como os caminhos por onde efetivamente circulavam todo esse conhecimento.⁷⁹

Os “Aditamentos” de Anselm Eckart nos apresentam registros da vida vivida na região amazônica, destacando as relações do mundo natural com o trabalho missionário, tão importante para os interesses da Coroa na região. Nessa perspectiva, as surpresas pelo belo se misturam com descrições do medo diante dos mistérios e perigos das florestas e dos rios. Desse modo, essas visões de natureza registradas por Eckart confirmam a importância de considerarmos a dimensão ambiental para compreendermos melhor a experiência concreta dos sujeitos envolvidos no processo de ocupação portuguesa na Amazônia, revelando muito da vida vivida nos sertões da região.⁸⁰

Considerações finais

O ESTUDO DAS DEMARCAÇÕES de limites no Vale Amazônico permite compreender que o trabalho dos demarcadores não se limitava à aplicação de técnicas europeias, mas envolvia também intensas interações com o conhecimento indígena e o mundo natural. Por sua vez, esse processo evidenciou as fricções e colaborações entre as diversas práticas e saberes, fundamentais para a consolidação do projeto colonizador português na região.

Nesse contexto, os relatos de viagem analisados mostram que a presença de indígenas foi fundamental para superar os desafios impostos pelo ambiente amazônico, desde a fabricação de equipamentos de pesca até o domínio dos caminhos fluviais. A participação de administradores, homens de ciência e missionários demonstra que as fronteiras coloniais não foram apenas demarcadas fisicamente, mas também reconfiguradas por meio de interações ambientais e socioculturais. Além disso, a Amazônia, retratada nos registros dos demarcadores, emerge como um espaço dinâmico, onde humanos e não humanos desempenharam papéis importantes para os objetivos da Coroa portuguesa. A

78 ECKART, op. cit., 1785, p. 66.

79 KETTLE, op. cit., 2015, p. 287.

80 Ibidem, p. 300-301.

História Ambiental, nesse sentido, contribui para uma análise mais ampla das relações entre os elementos da natureza amazônica e os processos de ocupação colonial, ressaltando a relevância de personagens frequentemente marginalizados, como os indígenas e a natureza, na formação de fronteiras e na produção de conhecimento acerca da região amazônica.

Portanto, a análise das conexões entre natureza e trabalho no tempo das demarcações de limites na Amazônia colonial não apenas enriquece o campo da História Ambiental e da História Social do Trabalho, mas também aponta para a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que reconheça a pluralidade de experiências e saberes que moldaram o passado colonial do Vale Amazônico.

Recebido em: 15/08/2024

Aprovado em: 05/05/2025